

ARQUEOLOGIA



# Proposta de um instrumento de gestão do património arqueológico de Torres Novas

Cláudia Costa\*  
Gonçalo Lopes\*\*

Debate-se, nesta contribuição, a importância de um instrumento de gestão do património arqueológico da cidade de Torres Novas, para apoio a licenciamento de construção, num panorama de crescente pressão urbanística. Tratando-se de uma cidade histórica com origens na Idade Média, propõem-se zonas de sensibilidade arqueológica com base no património conhecido.

\* Doutoranda em Arqueologia Pré-histórica na Universidade do Algarve.  
cauca@archaeologist.com

\*\* Mestrando em Arqueologia na Universidade de Lisboa.  
gasglopes@gmail.com



## 1. INTRODUÇÃO

Na actualidade, a problemática da salvaguarda do património histórico-cultural parece cada vez mais importante, num cenário de crescente pressão urbanística, acompanhada pelo desenvolvimento de empreendimentos cuja construção, adaptada às exigências da modernidade, implica grandes alterações ao nível da malha urbana.

Neste panorama, a avaliação de impactes sobre o património pré-existente poderia ser mais eficaz com a disponibilização de uma ferramenta de decisão integrante dos processos de licenciamento e planeamento das entidades administrativas, indicativa (ou preditiva) do potencial patrimonial que viria a ser afectado numa determinada zona. Esta ferramenta poder-se-á materializar em levantamentos, inventários, roteiros, bases de dados, etc., de ocorrências patrimoniais, que funcionam como elementos de gestão desse mesmo património. Trata-se de um instrumento que constitui, em primeiro lugar, listagens, com a respectiva localização das ocorrências patrimoniais conhecidas, mas também um corpo coerente de informação que se destina, de igual modo, a tornar claras as regras de actuação face a esse património, quer para os promotores de obras, por um lado, quer para a gestão autárquica que licencia obras, por outro, quer ainda para os agentes de defesa do património (arqueólogos, historiadores, historiadores de arte e arquitectos).

As “cartas de risco” surgem, assim, como um utensílio fundamental no âmbito do ordenamento das cidades, não só no que diz respeito aos centros históricos, mas também

para as áreas peri-urbanas. Sendo territórios que se caracterizam por uma grande concentração populacional, exigem, à partida, uma evolução mais rápida de adaptação às necessidades mais recentes da vida urbana. É nestes espaços que o conceito de “crescimento sustentado” parece assumir maior significado. Assim, a salvaguarda e preservação do património histórico/cultural, deverá constituir uma faceta dentro desse crescimento na dinâmica urbana actual, nomeadamente, com a promoção da coexistência em harmonia do “antigo” com o “novo”.

Sendo ainda um instrumento pouco difundido entre as autarquias portuguesas, as “cartas de risco” têm como objectivo principal a identificação do património existente no território da cidade, mas também o cadastro de eventuais zonas onde se possa encontrar património desconhecido, “escondido” sob a malha urbana actual: as chamadas “zonas de risco”.

A presente contribuição pretende ensaiar a elaboração de uma carta de sensibilidade arqueológica para a cidade de Torres Novas. Terá como principais objectivos a compreensão do território hoje ocupado pela cidade e a sua evolução histórica, bem como o cadastro dos elementos patrimoniais nela existentes. A partir destes dois factores, tentar-se-á constituir zonas de sensibilidade arqueológica “prevendo” (ou prevenindo) onde se poderá vir a encontrar outros vestígios de ocupações antigas do espaço.

## 2. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO

Geograficamente o concelho de Torres

Novas é balizado, a Norte, pela Serra d'Aire, a Oeste, pela Serra dos Candeeiros e, a Sul, pelas terras do Paul, periodicamente inundáveis. A cidade propriamente dita implanta-se nas margens do rio Almonda, embora a povoação inicial de origem medieval se instalasse apenas numa circunvolução do rio na margem direita. Só em épocas mais recentes é que a cidade se desenvolveu para a margem oposta, ocupando hoje em dia uma área muito maior que a original povoação medieval.

Em termos gerais, localiza-se na bacia terciária do rio Tejo, sendo o substrato geológico caracterizado por aluviões de natureza pelítico-margosa do Miocénico, acumulados pelos rios Almonda e Alvorão (MANUPPELLA et al, 2000).

O centro histórico implanta-se no topo de uma elevação cujo ponto mais alto é ocupado pelo castelo, a 64 metros do nível médio da água do mar, e estende-se para o vale do rio Almonda, ao longo do qual a cidade se desenvolve. O casario antigo estende-se para Sul e Sudoeste, ao longo da encosta suave do morro do castelo.

### 3. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA CIDADE

A cidade de Torres Novas está organizada em quatro freguesias urbanas que correspondem ao centro histórico: Santa Maria, Salvador, Santiago e S. Pedro. Estas freguesias surgem referenciadas nas Memórias Paroquiais do séc. XVIII mas, provavelmente, já existiriam nos séculos XII-XIII (LOPES, 1999: 28, 33). Desde a aprovação do Plano Director Municipal foram integradas no perímetro urbano parte das freguesias das Lapas e Riachos (Nicho) (SIMÕES, 2006).

As origens de Torres Novas permanecem ainda por esclarecer no que diz respeito à ocupação romana ou árabe, pese embora alguns historiadores locais (GONÇALVES, 1935; BICHO, 1992) refiram a origem do povoado nessas épocas (ou até noutras mais recuadas), o que é certo é que ainda estão por estudar quaisquer vestígios materiais de ocupações humanas efectivas anteriores à Reconquista.

Historicamente, a vila de Torres Novas é conhecida como tal a partir do foral concedido por D. Sancho I, em 1190, o que tem sido lido como a reafirmação da importância estratégica deste castelo juntamente com Almourol, Tomar, Ourém e Leiria na defesa da linha do Tejo (GREGÓRIO, 2003a). O burgo desenvolve-se para o planalto adjacente ao morro do castelo, espaço muralhado no século XII e refeito no tempo de D. Fernando I, altura em que passa a possuir uma área total de apenas cerca de 2,5 ha (CONDE, 2000; 361). A partir daí o crescimento do burgo é inequívoco, tornando-se em meados do século XVI uma das vilas mais povoadas do reino, crescimento, esse, acompanhado por um certo dinamismo económico (LOPES, 1999; GREGÓRIO, 2003b: 18).

Entre os séculos XV/XVI e o século XVIII o tecido urbano de Torres Novas parece ter-se alterado pouco, embora se note uma evolução significativa do número de fogos. Esse crescimento populacional deverá ter preenchido os espaços vazios existentes dentro do perímetro urbano (LOPES, 1999), por um lado, e, por outro, o crescimento fora do recinto muralhado terá sido consequência do declínio defensivo das muralhas (PEREIRA e SIMÕES, 2003: 16).

Mas a estrutura defensiva terá sido o primeiro elemento estruturante da vila de Torres Novas que, a partir daí, se terá desenvolvido por fases, tendo em conta a organização em torno de alguns eixos viários importantes. A primeira fase de expansão urbanística deu-se logo após a concessão do foral e teve lugar ao longo da Rua Direita (GREGÓRIO, 2003a) e da Ribeira (CONDE, 2000: 365). A vila estava, então, organizada em três eixos importantes, um em direcção a Santarém, outro para Tomar e o terceiro em direcção à ponte do Ral. Data desta altura a instalação do Paço e do bairro da Judiaria bem como a Praça Central ou Praça Velha. Com o fim do processo de Reconquista, já num período de reorganização urbanística, as zonas de arrabalde vão-se desenvolvendo, sendo áreas privilegiadas para a instalação das oficinas e manufacturas. No século XIV, com D. Fernando, a cerca sofre um processo de reconstrução. Por outro lado, as igrejas de S. Pedro e Santiago vêm juntar-se às do Salvador e Santa Maria, constituindo, também, pólos aglutinadores e organizadores da urbe.

Já em tempo de D. Manuel I, a cidade vê nascer um novo modelo de centralidade com a instituição da Misericórdia, e consequente construção da Igreja da Misericórdia, casa do Despacho e Hospital, junto aos terrenos das “Casas da Câmara”. É nesta altura que a vila passa a desfrutar de outros pólos urbanísticos. Mercê da dinâmica mecenática desenvolvida no reinado de D. Manuel, são construídos conventos e outras instituições de apoio social, passando a vila a organizar-se em três eixos.

Consolidando uma dinâmica anterior, o primeiro eixo articula-se entre a zona de San-

tiago e de Valverde, na direcção das Portas de Santarém, passando pelo Convento do Espírito Santo, Gafaria e Capela de Santo André, na zona do actual Largo de Santo André. O segundo eixo de desenvolvimento dirige-se para o Convento de Santo António, a sudoeste da vila, na zona da Berlé, quase despovoada. E o terceiro orienta-se para Nordeste em direcção ao Convento de S. Gregório ou do Carmo. É na consolidação destes eixos de desenvolvimento, conciliando a Misericórdia com os conventos, que a vila se assume no dealbar da época moderna (GREGÓRIO, 2003a).

Localizando-se numa zona instável do ponto de vista sísmológico, o terramoto de 1755 afectou bastante a vila. Em consequência da campanha de reconstruções, foi palco de alterações urbanísticas decisivas. O cataclismo afectou não só o castelo e a cerca, com a queda de algumas torres e panos de muralha (GONÇALVES, 1935), mas, também, igrejas como a de S. Pedro, de longe a mais afectada, Salvador, Santiago, Santa Maria (BICHO, 2001). Algumas casas importantes, como a casa Mogo de Melo foram também afectadas (CARREIRA, 2005) e com a maior das probabilidades, o casario também. As observações estratigráficas efectuadas na sequência dos escassos trabalhos de arqueologia desenvolvidos no centro histórico, permitem-nos induzir que a reconstrução, após o cataclismo de Setecentos, terá alterado decisivamente a topografia da cidade. Os acompanhamentos arqueológicos realizados no n.º 5 da Rua Entre Muros, nos n.ºs 75 a 79 da Rua Alexandre Herculano e nos n.ºs 13 e 15 da Rua dos Anjos, no coração do centro histórico, revelaram que os entulhos da queda

dos edifícios devido ao terramoto foram integralmente removidos naqueles sectores, parece que a encosta Sudeste do morro do castelo foi regularizada permitindo criar patamares que possibilitaram a (re)edificação com fundações assentes directamente no substrato geológico, à semelhança do que tem vindo a ser verificado em níveis pós-terramoto de Lisboa (COSTA, 2005a; 2005b e MARTINS, 2006). Nesta fase cronológica, a urbe terá, eventualmente, sofrido algumas alterações urbanísticas, não só com o surgimento dos novos edifícios, mas, também, com a abertura de novos caminhos como seja a Rua Miguel de Arnide, que implicou a mutilação da capela esquerda da Igreja de Santiago (BICHO, 2001: 129).

Este período de reconstrução urbanística coincide, em parte, com o fôlego de industrialização que se assiste na vila de Torres Novas. Um dos factores privilegiados para a implantação de algumas unidades fabris na cidade durante os séculos XVII e XVIII é, de facto, o dinamismo económico que caracterizava a cidade desde tempos medievos. A tradição agrícola, nomeadamente ligada à indústria transformadora, que implicava a existência de lagares, açudes, moinhos, azenhas e outras estruturas ao longo do curso do Almonda, aliada ao espírito empreendedor da comunidade, nomeadamente a judaica, terá sido decisiva para a instalação, nos finais do século XVII, das primeiras três fabricas têxteis. Este primeiro fôlego, impulsionado pelo estabelecimento na vila de famílias inglesas, decaiu com as invasões francesas para voltar a ressurgir com a instalação, em 1818, da primeira fábrica de papel da Renova. Mas só a

seguir às Lutas Liberais é que o fenómeno de industrialização se efectiva, quando é criada a Fábrica de Fiação e Tecidos que será o ponto de partida para a Companhia Nacional de Fiação e Tecidos, fundada em 1845. Também em 1855 foi criada a Fábrica de Fundição e Serralharia Mecânica de José Costa Nery e, em 1860, a Fábrica de Papel do Casal Feijão, no Pedrógão.

Todos estes empreendimentos beneficiaram da localização geográfica privilegiada da vila, nomeadamente junto ao caminho-de-ferro, entretanto construído, e da bacia hidrográfica do rio Almonda, permitindo o abastecimento de matéria-prima por via fluvial bem como o escoamento de produtos. A abundância de água constitui outro factor de benefício à instalação das unidades fabris com recurso a motores hidráulicos (ROCHA, 1991).

A instalação destas unidades fabris terá feito dilatar os limites da urbe medieval, nomeadamente para a margem esquerda do rio Almonda.

Durante o século XIX, a então Vila de Torres Novas viu demolidos alguns dos seus edifícios importantes, estando vários ainda em ruínas, desde o terramoto de 1755, agravadas pelas invasões francesas. Falamos de torres, portas e panos de muralha da estrutura defensiva (GONÇALVES, 1935; BICHO, 1992: 88), a Capela de Santo André, no largo com o mesmo nome (BICHO, 2001: 215), e as "Casas da Câmara", na actual Praça 5 de Outubro.

Mas foi durante o século XX que a cidade terá experimentado as alterações que a dotaram do aspecto actual. A construção da Praça 5 de Outubro terá sido, por ventura, a alteração que mais impacto teve na

aparência da cidade com a deslocação para este local do novo “centro”. As obras de construção da Praça dos Paços do Concelho (hoje Praça 5 de Outubro) iniciaram-se em 1909 (GONÇALVES, 1935; 41), ocupando o local das “Casas da Câmara” e pelourinho.

Por ocasião das comemorações do aniversário da Regeneração, na década de 40 (séc. XX), o Castelo foi alvo de uma campanha de reconstrução dotando-o do aspecto que exhibe hoje. Já nos anos setenta foram demolidas a Capela dos Anjos e a Igreja de Santa Maria do Castelo, alegadamente por motivos de segurança pública.

#### 4. PATRIMÓNIO EDIFICADO E ARQUEOLÓGICO

Parece evidente que a distinção entre “Património edificado” e “Património arqueológico” é muitas vezes difícil de estabelecer. O conceito de “Património edificado” constituirá a evolução do conceito de “Monumento histórico” que surgiu em França, em meados do século XIX, com a criação da primeira Comissão dos Monumentos Históricos. Depois da Segunda Guerra Mundial, o número de bens inventariados por esta comissão cresceu substancialmente, dando origem a várias outras categorias de monumentos, englobando todas as artes de edificar, desde o edifício religioso até ao edificado rural privado. A evolução do conceito de “Património” culmina com o alargamento para além da fronteira dos edifícios individuais, compreendendo, hoje em dia, os conjuntos edificados e o tecido urbano, mas, também, quarteirões, bairros urbanos, aldeias, cidades inteiras e

mesmo conjuntos de cidades, tal como se encontra na “lista” do Património Mundial estabelecida pela UNESCO (CHOAY, 2000: 11-12).

Quanto ao “Património Arqueológico” está definido, em Portugal, na Lei Bases do Património Cultural<sup>1</sup>, como o conjunto de vestígios, bens e outros indícios da evolução dos seres humanos, cuja preservação e estudo permitam o conhecimento da história da humanidade. O conceito abarca depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental<sup>2</sup>.

Não sendo este o local para confrontarmos conceptualmente os diferentes conceitos, abrimos apenas espaço para explicar que entendemos que um edifício histórico constitui, também ele, um património arqueológico, na medida em que poderá ser estudado sob vários prismas, como na sua arquitectura, técnicas de construção, tipologia, etc., aplicando uma metodologia arqueológica, materializada numa disciplina chamada de Arqueologia da Arquitectura, que possui um método científico próprio, que permite a descodificação da história que um determinado edifício encerra (RAMALHO, 2007).

No decurso do presente estudo, assinálamos todas as igrejas, capelas, ermidas e demais templos cristãos, existentes ou já desaparecidos, como pontos de sensibili-

<sup>1</sup> Lei n.º 107/2001, DR 209 Série I-A de 2001-09-08

<sup>2</sup> Capitulo II, artigo 74.º

dade máxima devido aos cemitérios históricos que lhes estariam associados. Antes da publicação, em 1844, da “Lei dos Cemitérios”, as pessoas pertencentes às camadas mais elevadas da sociedade eram sepultadas no interior dos templos, a restante população sepultava-se nas imediações exteriores das igrejas paroquiais e, muitas vezes, também dos outros templos, como capelas e ermidas. Neste sentido, todos os espaços envolventes de templos cristãos possuem elevada sensibilidade arqueológica havendo mesmo legislação própria para regulamentar intervenções arqueológicas nestes locais<sup>3</sup>.

#### 4.1. Património edificado conhecido

##### Castelo de Torres Novas (1)<sup>4</sup>

O castelo de Torres Novas terá sido edificado por D. Afonso Henriques ou D. Sancho I, no século XII. Sofreu várias destruições e consequentes reedificações ao longo dos séculos, desde as incursões almôadas, no século XII, as investidas de D. Henrique II de Castela e o terramoto de 1755. Sofreu ampliações no tempo de D. Fernando I, tendo sido também ampliada a cerca da vila. Nos anos quarenta, do século XX, foi alvo de um plano de reconstrução da responsabilidade da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, dotando o recinto do aspecto que hoje exhibe.

Em 1993, foi objecto de uma campanha de escavações arqueológicas da responsabilidade da Câmara Municipal de Torres Novas pouco conclusivas no que diz respeito à estrutura defensiva. O facto do recinto ter funcionado como cemitério, entre 1835 e

1938, implicou o revolvimento das camadas arqueológicas, comprometendo, assim, o reconhecimento de estratigrafia preservada (Câmara Municipal de Torres Novas, 1994). Encontra-se classificado como Monumento Nacional pelo Decreto 16-06-1910, DG 136 de 23 de Junho de 1910.

##### Igreja da Misericórdia e Ermida dos Fiéis (2)

A Misericórdia de Torres Novas foi fundada em 1534. Quatro anos mais tarde, D. Jaime de Lencastre, Bispo de Ceuta, doou os terrenos contíguos à Ermida dos Fiéis de Deus. No início do século XVII, a igreja é alvo de uma campanha de ampliação e, ao longo desse século e no seguinte, são feitas várias obras decorativas (GREGÓRIO, 2003b).

O portal principal é de estilo renascentista e o de acesso ao Despacho, na fachada lateral, é manuelino (SIMÕES, BICHO e LOPES; 1992: cap. 14; BICHO, 2001:151). Em 1572, foi colocado um cruzeiro no Largo das Duas Igrejas. Tendo sido posteriormente transferido para outros locais, foi definitivamente reposto no local original em 1952, onde ainda permanece (BICHO; 1992: 105). Encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto 1/86 DR 2 de 3 Janeiro de 1986.

##### Igreja Matriz do Santíssimo Salvador (7)

Não é certa a data da fundação da Igreja do Salvador. Foi edificada no local da primitiva ermida de S. Jorge que corresponderá, na actualidade, segundo Joaquim Bicho (1992), à sacristia. Paulo Gregório (2003b), todavia, discorda desta hipótese, aludindo que a

<sup>3</sup> Decreto Lei n.º 270/99 de 15 de Julho, DR 163/99, série I-A, pp. 4412 a 4417.

<sup>4</sup> O número entre ( ) corresponde à localização na cartografia Fig. 1.

sacristia será apenas um anexo da anterior igreja que terá sido mantido. O que é certo é que esta parte do templo exhibe elementos arquitectónicos góticos, correspondendo ao sector mais antigo da igreja. O restante edifício terá fundação posterior, tendo sofrido sucessivas modificações entre o século XVI e o século XVIII até à reconstrução após o terramoto de 1755 (GREGÓRIO, op. cit e BICHO, 2001). Encontra-se em vias de classificação, em proposta do PDM de Torres Novas, em DR 30 de 5 de Fevereiro de 1997.

#### **Igreja de Santiago (4)**

Conta a lenda que, no local hoje ocupado pela igreja paroquial de Santiago, D. Afonso Henriques terá mandado erigir uma capela votada a este santo, em 1148. Mais tarde, em 1203, D. Sancho I teria mandado ampliar essa capela para igreja. Sofreu reconstruções em 1689 e 1844. Encerra as sepulturas de Antão Mogo de Melo Carrilho e Ângela de Velasques. A abertura da Rua Miguel de Arnide terá mutilado parte deste templo, reduzindo as capelas da parte esquerda (BICHO, 2001).

#### **Igreja de S. Pedro (3)**

A igreja de S. Pedro é datada do século XIV e integra a capela da Santíssima Trindade, onde se encontra a sepultura da mulher do seu fundador, João Rodrigues Pimentel, com uma inscrição gótica. A igreja sofreu muitos danos com o terramoto de 1755 e com as invasões francesas (BICHO, 2001).

#### **Igreja de Nossa Senhora do Carmo (6)**

A Igreja de Nossa Senhora do Carmo é originária de 1558 e faz parte do antigo Con-

vento de S. Gregório Magno. O local foi doado à ordem carmelita, pelo Bispo de Ceuta, para construção do convento. No século XVII sofreu grandes alterações (BICHO, 2001). Serviu de instalação do hospital no século XX. Está proposta para classificação com Despacho de Abertura de 1 de Abril de 1993.

#### **Capela de Nossa Senhora dos Prazeres (ao Vale) (13)**

A Capela de Nossa Senhora dos Prazeres constitui, segundo alguns historiadores, o mais antigo templo do concelho. Alguns autores atribuem-lhe várias fases de edificação, correspondendo a primeira fase à construção da sacristia, entre 660 e 715, e a segunda fase à ampliação ogival, já em fase pós-reconquista, entre 1390 e 1450. Ao século XVII corresponderá o revestimento azulejar e, por último, em 1783, foi instalada a roda dos enfeitados. Uma derradeira fase de reconstruções verificou-se em 1973 com a demolição da casa do ermitão e a construção da escadaria de acesso (BICHO, 2001). Encontra-se classificada como Imóvel de Interesse Público por decreto 5/2002, DR 42 de 19 de Fevereiro de 2002.

#### **Capela de S.<sup>to</sup> António e casa dos arrábidos (5)**

A Capela de Santo António coincide com o lugar onde foi construído, entre 1591 e 1593, por determinação de D. Álvaro de Lencastre, duque de Aveiro, o Convento de Santo António, para onde seriam transferidos os frades franciscanos da província de Santa Maria da Arrábida do Mosteiro de Nossa Senhora do Egípto, que havia sido fundado em 1562. Este edifício sofre grande dano com o terramoto de 1755. Em 1834, com a extinção das ordens reli-

gias, o complexo é adquirido pelos fidalgos da Atouguia para o transferirem, em seguida (1867), para a posse da Misericórdia. Em 1946, estando o convento em ruína, a capela foi restaurada e, na década de 70, do século XX, o adro sofre obras de embelezamento (BICHO, 2001). Apenas a casa dos arrábidos está classificada como Imóvel de Interesse Público, por edital camarário de 4 de Janeiro de 2005.

### **Palácio Mogo de Melo (8)**

O palácio Mogo de Melo localiza-se na freguesia do Salvador, a Sudeste do Castelo, dentro do perímetro da cerca fernandina. Hoje é pertença da Câmara Municipal, onde está instalado o Museu Municipal Carlos Reis. Trata-se de um edifício do século XVIII com inspiração pombalina, construído sobre edifícios antigos, cujas fundações foram parcialmente detectadas durante uma intervenção arqueológica levada a cabo pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), na década de 90 (vide infra). A primitiva ocupação deste terreno pela família não está esclarecida, mas remontará ao século XVI onde terá sido erigido o primitivo palácio (CARREIRA, 2005). Nas traseiras do palácio actual encontra-se o único pano da muralha ainda preservado. Está em vias de classificação pelo Dec. n.º 2/96, DR 56 de 6 de Março de 1996.

### **Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas (12)**

A Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas foi fundada em 1845 e instalada em Torres Novas, beneficiando da proximidade do porto fluvial da Barquinha para

escoamento dos produtos (BICHO, 1997: 11-15). Funcionou com um motor hidráulico até 1939, (ROCHA, 1991: 43) em aproveitamento de um braço de rio existente nos subterrâneos da fábrica.

### **Moinhos**

Ao longo do curso das linhas de água que atravessam a cidade, nomeadamente o rio Almonda, instalaram-se moinhos e açudes, alguns dos quais são, ainda hoje, visíveis, embora parte permaneça em ruína. Constituem, em nosso entender, um património único que denuncia a industrialização precoce, da vila, eventualmente, responsável pelo desenvolvimento populacional da cidade a partir do século XVI.

O **Moinho do Caldeirão** (14), doado por D. João II, em 1482, ao primeiro conde de Abrantes e sua esposa, e era alimentado pela vala do Açude Real, tendo sido mais tarde englobado na central eléctrica. No lado oposto, localiza-se o **Moinho do Duque** (14), pertença do duque de Coimbra. Liga-se à rua Alexandre Herculano por ponte privativa e possui um porto com escadaria de acesso ao rio, e ainda conserva a roda que fazia trabalhar o lagar anexo.

O **Açude Real** (9) foi mandado construir por D. Isabel, esposa de D. Afonso V, e cria a levada que corre para o Moinho do Caldeirão.

O **Moinho dos Gafos** (10) localiza-se na entrada Sul da cidade medieval, junto das “Portas de Santarém” (Largo de Santo André). O nome provém da localização perto da gafaria. O moinho esteve em laboração até ao século XX, encontrando-se hoje em estado de abandono.

O **Moinho dos Mesões** localiza-se perto do Arraial. Em 1591 era proprietária Isabel Carolas, de ilustres famílias. Hoje, desapareceu o lugar para dar lugar a novas mós (FARINHA, 1995).

#### 4.2. Património arqueológico

No que ao património arqueológico conhecido dentro do perímetro urbano da cidade de Torres Novas diz respeito, são poucas as informações de que dispomos. Paradoxalmente com o que acontece nalguns sítios arqueológicos do concelho que têm sido alvo de programas de investigação extensos, nomeadamente no que se refere ao estudo da pré-história antiga, o território hoje ocupado pela cidade de Torres Novas tem conhecido poucos estudos sistemáticos de carácter arqueológico. As escassas intervenções conhecidas foram realizadas, maioritariamente, no âmbito da arqueologia de salvamento cujos dados, em parte, se encontram disponíveis apenas na base de dados *on line* do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR).

As primeiras intervenções de carácter de emergência, conhecidas na área urbana da cidade de Torres Novas, datam de 1991 e correspondem à intervenção arqueológica efectuada na Quinta da Silvã pelo Instituto Português do Património Cultural (IPPC), sob a responsabilidade de A. Corte Real (1994), onde foram detectados vestígios de uma *villa* romana, parcialmente afectada pela construção de um recinto habitacional.

Todavia, este tipo de intervenções tem um considerável desenvolvimento com a instalação na cidade, em 1998, de uma das extensões territoriais do Instituto Português de Arqueologia (IPA), a extensão de Torres Novas, com o destacamento de duas arqueólogas. Esta equipa passa a ter uma acção fundamental na arqueologia de épocas históricas dentro do perímetro urbano da cidade. É da sua responsabilidade os acompanhamentos e consequentes intervenções nas obras na Rua Tenente Valadim, 1 a 3, na Igreja da Misericórdia, cujos resultados se encontram disponíveis em publicação (LOURENÇO et al, 2000 e LOURENÇO, 2002).

No conjunto de trabalhos realizados no âmbito de obras de construção civil, conhecem-se os acompanhamentos realizados na primeira década de 2000, no âmbito de empreitadas de carácter público ou privado<sup>5</sup> e estudos de impacte ambiental.

Os estudos monográficos são ainda mais raros. Além do projecto de estudo do terreno de Santa Maria, conhece-se o projecto da Câmara Municipal no Castelo que se materializou numa única campanha de escavações, em 1993, à qual já fizemos alusão neste texto (vide supra), e, mais recentemente, o projecto do terreno de Santa Maria, da responsabilidade de Jorge Sousa e Cláudia Santos, que tem como principais objectivos compreender a evolução daquele espaço onde se localizava a demolida Igreja de Santa Maria do Castelo.

<sup>5</sup> Rua da Várzea (BATATA, 2002); na de Rua de Entre Muros e na Rua Alexandre Herculano, da responsabilidade da signatária (COSTA, 2005 a e b); de RODRIGUES et al, já em 2006, no espaço comercial da *Rulys* na Rua Carlos Reis, (COSTA et al, 2007), Rua dos Anjos em 2006 (MARTINS, 2006); Rua do Jogo da Bola (SOUSA, 2007), Rua Almirante Reis, em 2007 (informação pessoal de C. Batata) e envolvente do Castelo, em 2008 (informação pessoal de C. Batata).

As traseiras da casa Mogo de Melo foram, também, alvo de uma intervenção arqueológica por parte do IPPAR, em 1993, durante o trabalho de repavimentação, tendo sido, só recentemente, os materiais cerâmicos estudados no âmbito de um trabalho académico (CARREIRA, 2005).

## Terreiro de Santa Maria (15)

Este sítio arqueológico corresponde ao local onde se localizava a extinta Igreja de Santa Maria do Castelo. A tradição aponta este templo como um dos mais antigos da cidade<sup>6</sup> e tem vindo a ser alvo de campanhas de escavação arqueológica desde 2004. As únicas informações disponíveis sobre estas escavações arqueológicas estão na base de dados *on line* do IGESPAR e apontam para a sobreposição de construções no local e várias práticas funerárias ([www.ipa.min-cultura.pt/endoavelico](http://www.ipa.min-cultura.pt/endoavelico)). Os estudos históricos sugerem, de facto, várias fases de construção da igreja, que terá sido muito afectada com o terramoto de 1755 e, apesar dos restauros sucessivos, não resistiu à ruína, e, por alegadas razões de segurança, foi demolida em 1974.

## Quinta da Silvã (16)

No decurso das obras de construção da urbanização da Quinta da Silvã, em 1990, o Departamento de Arqueologia do IPPC foi alertado para a identificação de vestígios arqueológicos de datação romana. A intervenção de emergência foi iniciada em 1991, sob a direcção de Artur Corte-Real, e, na

sequência desta, foram identificadas estruturas (lagar e muros) e espólio interpretados como pertencentes à *pars rustica* de uma *villa* datada dos finais do século III até meados do século IV (CORTE-REAL, 1994).

Os depósitos arqueológicos remanescentes e associados a este sítio ficaram devidamente preservados e a área onde se localizam ficou determinada como zona liberta de construção, funcionando como reserva arqueológica (informação pessoal de A. Carolino).

## Rua Tenente Valadim, 1-3 (17)

A intervenção arqueológica levada a cabo na Rua Tenente Valadim foi realizada no âmbito das obras de reformulação de uma retosaria, sita nos n.ºs 1-3, sob a responsabilidade de Cláudia Plácido e Sandra Lourenço. A escavação revelou estruturas habitacionais modernas e níveis de ocupação medieval datadas de um período após a Reconquista, associados a estruturas interpretadas como pertencentes a uma zona de cozinha. Os materiais arqueológicos recolhidos na escavação de um silo são, tipologicamente, integráveis nas produções cerâmicas datadas do século XIII (LOURENÇO, 2002).

## Rua da Várzea, 2 (18)

Na sequência do acompanhamento arqueológico das obras da instalação da rede secundária de gás natural, realizado em 2002, por C. Batata, foi detectado um sítio de habitat datado do Paleolítico Inferior na Rua da Várzea, caracterizado por uma camada com seixos de quartzito, talhados com incrusta-

<sup>6</sup> Artur Gonçalves avança como data de construção deste templo 716 (citado por BICHO, 1992)

ções calcárias. Trata-se de um terraço fluvial localizado na margem direita do rio Almonda (BATATA, 2002).

#### **Palácio Mogo de Melo (8)**

Durante as obras de pavimentação do pátio da Biblioteca Municipal (1993), nas traseiras do palácio Mogo de Melo, o IPPAR realizou uma campanha de sondagens arqueológicas onde foi possível exumar abundante material arqueológico, nomeadamente cerâmico, e detectar estruturas em alvenaria de pedra, estruturas de combustão e silos. Este conjunto foi interpretado, mais recentemente, por Carlos Carreira (2005), como pertencente a um compartimento doméstico, possivelmente uma cozinha. O autor relaciona estas estruturas com o primeiro palácio Mogo de Melo que teria sucumbido durante um sinistro sísmico no século XVI. A análise do espólio cerâmico aponta para um cronologia dentro do período de tempo compreendido entre 1562 e 1640 (CARREIRA, 2005).

#### **Rulys Megastore (19)**

Localizado no n.º 121 da Rua Carlos Reis, o sítio foi intervencionado aquando das obras de requalificação do edifício. Foi intervencionado por Rodrigues *et al*, em 2006, tendo sido detectados um conjunto de silos colmatados com materiais que apontam para os finais do século XII e inícios do XIII, talhas de armazenagem inseridas no substrato geológico e um poço datado da época moderna. Do início do século XIX data a construção do edifício actual, bem como a área da cavalaria, em calçada de seixo, e do pátio interior, que se desenvolviam sobre os depósitos arqueológi-

cos mais antigos, que foram reconvertidos no espaço comercial actual (COSTA *et al*, 2007).

#### **Castelo de Torres Novas (20)**

As intervenções realizadas aquando a obra de execução do percurso pedonal de recreio e estadia, na área envolvente do Castelo, permitiram a escavação de um troço da muralha fernandina, bem como outras estruturas estratigraficamente anteriores que sugerem uma ocupação datada de época anterior à da construção da cerca (SOUSA, 2008).

#### **Rua do Jogo da Bola (21)**

Durante o acompanhamento arqueológico realizado à obra da rede de distribuição secundária de gás natural em Torres Novas foi detectada, na Rua do Jogo da Bola, uma estrutura com orientação Este/Oeste, datada dos finais do século XVIII e inícios do século XIX (SOUSA, 2007).

#### **Rua Almirante Reis (22)**

No âmbito da obra de renovação da rede de saneamento doméstico e pluvial, a empresa de arqueologia Ozecarus, Lda. foi chamada, muito recentemente, a intervir num conjunto de silos de cronologia medieval (com alguns materiais cerâmicos de cronologia possivelmente islâmica) na Rua Almirante Reis (informação pessoal de C. Batata).

### **5. ÁREAS COM SENSIBILIDADE**

Na definição de Françoise Choay (2000) património histórico «...designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de

uma diversidade de objectos que congregam a sua presença comum ao passado: obras, obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos.» (p.11) Esta definição parece alargar o conceito de “Património” a uma escala muito lata, abraçando todo o produto da acção humana ao longo dos tempos. Neste sentido, entendemos que a compartimentação e escalonamento do património histórico-cultural em graus de importância ou sensibilidade se encontra ultrapassada.

Na realidade, a definição de áreas de sensibilidade numa carta de risco arqueológico não passa de um exercício teórico que tem por base, exclusivamente, o património conhecido, nomeadamente o património arqueológico e as informações históricas.

Nesta perspectiva, optamos por não escalonar as áreas de sensibilidade arqueológica da cidade de Torres Novas, limitando-nos, por isso, a defini-las, simplesmente, ressaltando, no entanto, que as áreas não assinaladas não implicam a falta de património.

## 5.1. Cintura amuralhada e áreas contíguas

Este primeiro espaço de sensibilidade arqueológica corresponde ao núcleo medieval antigo da cidade. Tratando-se da zona onde se instala o primeiro aglomerado populacional da cidade, possui uma elevada sensibilidade patrimonial. Esta área da cidade engloba não só a fortificação, classificada como Monumento Nacional, mas, também, o espaço muralhado pela cerca fernandina, que delimitava a cidade, da qual resta um troço de cerca de 80 metros, visível, que se estende

entre o pátio do palácio Mogo de Melo e a Igreja do Salvador. Estima-se que a cerca teria, como ligação entre a fortificação e o pano de muralha, uma porta (porta de Santa Maria), após a qual se estenderia pela Rua de Gil Pais. Antes de inflectir para Sul existiria a Porta do Salvador (onde hoje existe uma memória), traseira dos edifícios da Rua de Entre Muros (onde ainda está preservada), Rua António Lopes, Rua Trás-os-Muros, ligando-se, em linha recta, a um dos cubelos do castelo através de outra porta, sensivelmente junto à intervenção arqueológica realizada perto do castelo onde foi revelada uma potência estratigrafia ampla que se estende desde momentos anteriores à construção da muralha (informação pessoal de C. Batata).

Ao nível do edificado, dentro de muros, particular relevância assume a Igreja do Santíssimo Salvador e, conseqüentemente, toda a área envolvente do adro onde se localizará a necrópole correspondente, o palácio Mogo de Melo, que foi já alvo de uma intervenção arqueológica que revelou estruturas e níveis arqueológicos, datados dos séculos XVI/XVII, cujo limite Sul do pátio é um troço de muralha preservado.

O espaço contíguo exterior à muralha fernandina (sensivelmente coincidente com o casario das actuais Rua de Gil Pais, Rua de Entre Muros, Rua António Lopes e Rua Trás-os-Muros) é um território de elevada sensibilidade arqueológica pois pode ainda preservar-se em subsolo restos de dispositivos defensivos, como fossos ou barbacãs adossados aos panos de muralha. Corresponde à faixa de território que circunda o lado externo da muralha e que constitui a primeira área

peri-urbana da cidade medieval. Tratando-se de uma cidade muralhada com uma superfície total de pouco mais de 2 hectares, cedo terá sido insuficiente para albergar uma população em rápido crescimento, pelo que o casario urbano logo terá extravasado as muralhas da cidade, ocupando, em primeiro lugar, o perímetro externo da cerca. Aliás, há já evidências materiais dessa eventualidade pelos vestígios escavados na Rua Tenente Valadim que apontam para uma cronologia do século XIII (LOURENÇO, 2002).

Nesta área de sensibilidade incluímos, ainda, a Igreja da Misericórdia e a Ermida dos Fiéis, com respectiva necrópole, conjunto que terá já sido alvo de uma intervenção de carácter arqueológico como já tivemos oportunidade de aludir, e a Praça 5 de Outubro que, embora seja muito recente (referimo-nos à sua configuração actual, aberta em 1909), albergou os Paços do Concelho instalados nas “Casas da Câmara”, até 1908.

### 5.2. Valverde, Santiago, S. Pedro e Anjos

Conforme vimos, a zona de Valverde e Santiago, imediatamente a Sul do Castelo, corresponde à localização do bairro da judiaria, que conheceu grande desenvolvimento a partir do século XVI, onde se instalaram as artes e ofícios, tal como a toponímia actual ainda sugere. No entanto, a intervenção arqueológica realizada no espaço comercial da *Rulys Megastore*, na Rua Carlos Reis, parece fazer recuar a instalação dos arrabaldes neste espaço da cidade, pelo menos até aos finais do século XII (COSTA et al, 2007) apontando para o efectivo potencial arqueológico deste quadrante da cidade.

A Igreja de Santiago constitui um ponto com grande sensibilidade arqueológica, bem como a sua envolvente, apesar das alterações que aquela zona conheceu aquando da reconstrução pós-terramoto de 1755, nomeadamente com a abertura da Rua Miguel Arnide que obliterou parte do templo. Nas traseiras, no Largo do Paço, localizava-se o Paço Real (talvez coincidente com o antigo mercado fechado), um palácio dos duques de Aveiro, marqueses e duques de Torres Novas, donatários da vila e seu termo. Durante o terramoto de 1755, o edifício terá sido muito afectado, permanecendo em ruína até à sua demolição poucos anos depois.

Segundo A. Gonçalves (1935), quando se procedeu à arborização daquele largo foram detectados embasamentos e ossos humanos que estariam relacionados com o palácio. O edifício do largo exhibe, actualmente, alguns elementos arquitectónicos primitivos (GONÇALVES, 1935: 261).

A freguesia de S. Pedro também representa parte dos arrabaldes da cidade medieval. O principal edifício estruturante será, por ventura, a Igreja de S. Pedro (3). Esta igreja, todavia, sofreu ao longo do século XX alterações decisivas na envolvente, nomeadamente para a criação de uma nova entrada principal para o templo, obras que terão afectado os depósitos arqueológicos correspondentes à necrópole. Nas traseiras da igreja desenvolve-se uma casa solarenga, com fachada principal para a Rua 1.º de Dezembro, ocupada hoje por alguns serviços da paróquia e pela Casa do Sporting.

A zona dos Anjos implanta-se próximo do local onde se localizava a Capela de Nossa

Senhora dos Anjos, demolida nos anos 60 do século XX, existindo, actualmente, naquele local uma habitação abandonada e um muro de contenção de terras com um quintal. Nesta rua, defronte da capela, situava-se a Casa das Rainhas. Na casa dos Figueiredo e Silva, sobre o Arco do Barreto, nasceu, em 6 de Outubro de 1893, Maria da Conceição Vasalo e Silva, que se notabilizou na história da literatura portuguesa com o nome de Maria Lamas. Nesta mesma casa esteve instalado o Colégio João de Deus, para meninas, desde a sua fundação em Janeiro de 1926, até Dezembro de 1935, data em que se transferiu para edifício próprio, na actual Rua de São José, com o nome de Colégio de Santa Maria.

A Capela de Nossa Senhora dos Anjos foi construída em 1485, a expensas dos irmãos da confraria dos Anjos. Foi capela real da rainha D. Leonor de Lencastre, mulher de D. João II e foi anexada, em 1578, à Santa Casa da Misericórdia, passando mais tarde a sede da Ordem Terceira de São Francisco. Era uma modesta construção que foi, provavelmente, alvo de reestruturação em 1743, data que se encontrava gravada na ombreira de uma janela.

Tinha um pequeno adro, num plano bastante superior à via pública, rodeado por um muro com um forte portão de ferro. A frontaria tinha empena de duas águas recortada, com largo portal de pedra trabalhada, a porta era almofadada e tinha sobre ela uma janela modesta. No topo da capela existia uma cruz. (GONÇALVES, 1936: 396). A limpeza e conservação da capela estava a cargo das irmãs de São José de Cluny, que dirigiam o Colégio de João de Deus, instalado na antiga casa brasoadada da família Figueiredo e Silva, da qual

se fazia comunicação directa com a capela por meio de um passadiço sobre a Calçada Dr. João Rodrigues dos Reis. (GONÇALVES, 1936).

### 5.3. Santo André

A zona de Santo André constitui outra área de elevado interesse histórico particularmente porque representa uma das principais vias de saída da cidade pelas "Portas de Santarém". Recentemente, durante uma intervenção arqueológica motivada pela obra de renovação da rede de saneamento doméstico e pluvial, foi escavado um conjunto de silos com materiais arqueológicos que apontam para uma eventual cronologia medieval islâmica (informação pessoal de C. Batata).

Correspondendo a uma zona periférica da cidade medieval, este espaço possui interesse específico, uma vez que constituía um dos eixos principais de saída, conhecida como "Portas de Santarém". As informações históricas revelam que neste local foi implantada a gafaria, que seria mais tarde integrada na cerca do Convento do Espírito Santo. Este convento foi fundado por determinação de D. Jaime de Lencastre, filho do Mestre de Avis e de Santiago, que cede, em 1542, à Ordem Terceira de S. Francisco a Ermida de Nossa Senhora do Espírito Santo para que se fundasse um convento (SANTOS, 2006).

A Ermida de Santo André, já desaparecida, também conhecida como Ermida da Gafaria, foi erigida nas imediações, por determinação do cardeal-rei D. Henrique, em 1578. Junto da gafaria, localizar-se-ia o Porto dos Gafos, onde, ainda hoje, resiste o moinho, conhecido como Moinho dos Gafos (GONÇALVES, 1935).

Face ao exposto, parece que esta zona da cidade constitui um ponto com elevado potencial arqueológico quer pelos edifícios já desaparecidos, quer pela forte possibilidade de vestígios de cemitérios, relacionados com a gafaria, que, certamente, possuiria um local de enterramento próprio, devido às especificidades da doença, como associado à ocupação do Convento do Espírito Santo.

Além das informações históricas disponíveis, este ponto da cidade de Torres Novas tem revelado a sua importância patrimonial através de alguns conjuntos cerâmicos que têm aparecido em contexto de acompanhamento arqueológico que, embora descontextualizados, apontam para a cronologia dos séculos XVI e XVII (BATATA, 2002), além do conjunto de silos descoberto em escavação na Rua Almirante Reis (informação pessoal de C. Batata).

#### 5.4. Santo António

Embora afastada do núcleo histórico da cidade de Torres Novas, a área da Capela de Santo António constitui, em nosso entender, um ponto patrimonial importante, pois coincide com o Convento de Santo António, embora as avaliações stratigráficas, realizadas por C. Batata, aquando do acompanhamento arqueológico realizado à obra da rede de gás natural, naquela zona da cidade, não tenham revelado potencial arqueológico (BATATA, 2002).

#### 5.5. Margem esquerda do rio Almonda

Não obstante constituir uma área muito

recente de ocupação da cidade de Torres Novas, a margem esquerda do rio Almonda possui alguns núcleos sensíveis do ponto de vista patrimonial. Naturalmente, a capela de Nossa Senhora do Vale, uma das mais antigas da cidade, pese embora as obras realizadas na envolvente do templo tenham sido decisivas na afectação a possíveis depósitos de carácter antropológico, entendemos que as imediações deverão ser encaradas como área de grande sensibilidade arqueológica.

A Igreja do Carmo e o antigo Convento de S. Gregório, mais tarde transformado em hospital civil, representam outra zona de grande sensibilidade.

Património de outra natureza é a fábrica da Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas, ainda em laboração, e que constituirá um exemplar raro para o estudo da evolução industrial em Portugal, desde o motor hidráulico até ao eléctrico.

## 6. OBSERVAÇÕES FINAIS

A comparação da cidade de Torres Novas a um *donut*<sup>7</sup> em que a parte central do bolo, buraco redondo, corresponde ao centro histórico, da autoria de Jorge Simões (2006), parece ilustrar de forma clara a situação da cidade. Assim se traduz uma cidade cujo núcleo central se encontra desprovido de vida humana, de actividade económica e de actividade urbanística, cada vez menos uma zona de passagem (SIMÕES, 2006). Mas é neste centro que se encontra a memória histórica da cidade, embora degradada e em ruína. A necessidade de resposta a demandas cada

<sup>7</sup> Bolo redondo com buraco no meio (SIMÕES, 2006: 141)

vez mais exigentes da vida moderna, atira a população para a periferia, para onde se volta, conseqüentemente, o poder autárquico.

A aplicação dos conceitos de desenvolvimento sustentado, onde a memória coincide em equilíbrio com a contemporaneidade, não passa disso mesmo, de um “conceito” sem nunca conhecer uma aplicação prática.

A memória representa a consciência que um indivíduo (ou uma comunidade) tem de se rever (ou de conviver) com um passado que nos permite saber quem somos e ligar experiências, situarmo-nos num espaço e num tempo e projectar o futuro em conjunto (JORGE, 2003).

O património só tem sentido do ponto de vista da subjectividade de cada um, pela capacidade que cada sujeito tem de lhe dar sentido, através das suas referências, que o permitem qualificar desta ou daquela forma e atribuir-lhe escalas de valores (JORGE, 2003: 57). A preservação do património de uma cidade não se destina a satisfazer os desejos intelectuais de um grupo de esclarecidos, ou a desenvolver teorias e práticas científicas, fechadas num laboratório de tipo CSI. Preservar o património, mais que um dever, deverá ser uma necessidade. Conhecê-lo deverá ser outra necessidade.

No decurso deste trabalho depreendemos-nos com uma situação de grande desconhecimento sobre as reminiscências do urbanismo/edifícios antigos na cidade de Torres Novas. A falta de estudos sistemáticos de carácter arqueológico, geomorfológico e histórico, parece reflectir esta situação. Alguns têm sido os historiadores locais que, meritoriamente, têm tentado contrariar

esta tendência, constituindo presentemente os únicos estudos relacionados com a evolução histórica da cidade. Todavia, parece-nos que um quadro completo de compreensão histórica de um dado território só será possível através do cruzamento de informações com as diversas ciências históricas, como a arqueologia, a geologia, a história de arte, a antropologia, a arqueologia da arquitectura, numa perspectiva trans e interdisciplinar.

Esse conhecimento não deverá passar apenas pelo objecto patrimonial em si, seja ele qual for, mas, também, pelo próprio processo histórico, pelo contexto em que esse objecto patrimonial foi produzido.

Uma das temáticas mais prementes da actualidade científica tem a ver com a eventualidade da ocupação islâmica da cidade, onde se poderá traçar duas correntes teóricas. Por um lado, alguns investigadores encaram a proximidade de Scallabis e a localização geográfica junto do rio Tejo como um indicador da ocupação islâmica efectiva (CARREIRA, 2006), outros defendem que o núcleo populacional antigo terá origem já em época cristã (LOPES, 2007). Se a primeira das teorias se sustenta em conjecturas históricas pouco fundamentadas e até mesmo especulativas, a segunda perspectiva assenta em dados científicos provindos dos raros estudos arqueológicos sobre a medievalidade torrejana que, até agora, têm revelado alguns materiais islâmicos cuja tipologia e integração crono-estratigráfica permitem relacioná-los com uma presença fugaz no território, possivelmente relacionável com as incursões almoadas, em 1190 (LOPES, 2007), sendo já a cidade ocupada, mas com fundação cristã.

Todavia, a amostra arqueológica tem sido aumentada nos últimos anos, pelo que o conseqüente estudo dos materiais e contextos arqueológicos poderão esclarecer a questão, nomeadamente o conjunto de silos intervençionados recentemente na Rua Almirante Reis que, segundo um dos responsáveis científicos pela escavação (C. Batata), forneceu alguns vestígios de cronologia islâmica.

Para a presente contribuição tentámos, por um lado, compilar dados e, por outro, elucidar sobre as áreas com probabilidade de identificação de património arqueológico no decurso de acções de revolvimento de sub-solo e demolições de edificado antigo.

Este “inventário” de áreas sensíveis não está, nem nunca foi esse o nosso objectivo, completo. Aliás, a grande fraqueza desta lis-

tagem está, precisamente, no facto de ter sido elaborada apenas com base no património conhecido, e, maioritariamente, de épocas históricas.

Sendo um território balizado entre duas linhas de água importantes, como o Almonda e o Alvorão, geomorfologicamente caracterizado por terraços propícios à ocupação humana pré-histórica, todo o território onde hoje se implanta a cidade constitui uma grande área de elevada sensibilidade, com grandes probabilidades de identificação de sítios pré-históricos.

Este estudo está, portanto, incompleto. Mas incompleta é sempre uma “carta arqueológica” ou uma “carta de risco” ou “predicativa” ou outra coisa qualquer que se lhe queira chamar.

# NOVA AUGUSTA

Cláudia Costa e Gonçalo Lopes

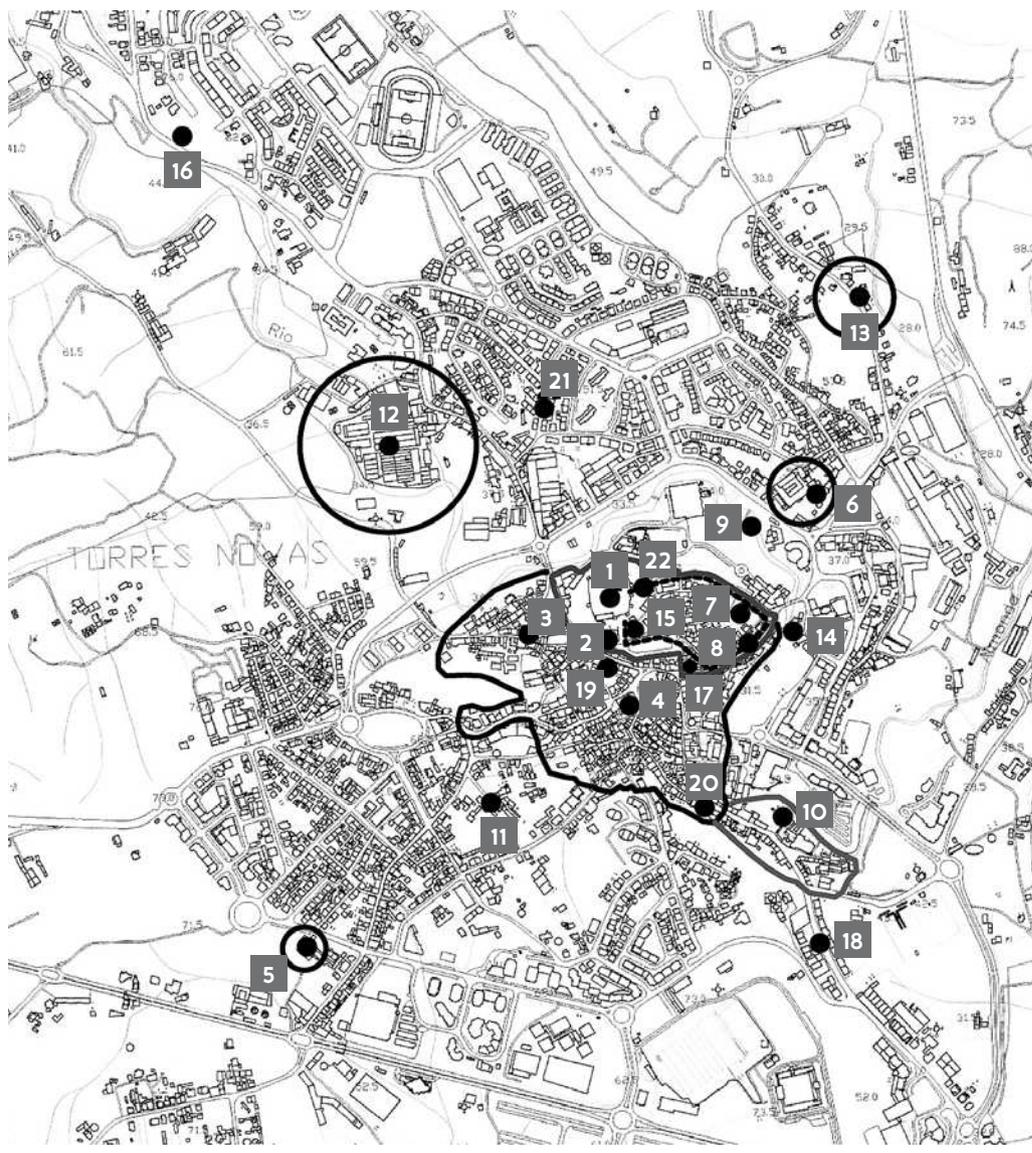


Fig. 1 – Localização das áreas de sensibilidade arqueológica e das existências patrimoniais na cartografia de Torres Novas (1 – Castelo; 2 – Igreja da Misericórdia e Ermida dos Fiéis; 3 – Igreja de S. Pedro; 4 – Igreja de Santiago; 5 – Capela de S.<sup>to</sup> António; 6 – Igreja do Carmo; 7 – Igreja do Salvador; 8 – Palácio Mogo de Melo; 9 – Açude Real; 10 – Moinho dos Gafos; 11 – Chafariz medieval; 12 – Companhia de Fiação e Tecidos; 13 – Ermida do Vale; 14 – Moinhos do Caldeirão e do Duque; 15 – Terreiro de Santa Maria; 16 – Q.<sup>ta</sup> da Silvã; 17 – Rua Tenente Valadim; 18 – Várzea; 19 – *Rulys Megastore*; 20 – Rua Almirante Reis; 21 – Rua do Jogo da Bola; 22 – Castelo).

# NOVA AUGUSTA

Proposta de um instrumento de gestão do património arqueológico de Torres Novas



Fig. 2 – Vista de Oeste da Rua de Gil Pais para a Rua do Salvador (traçado da muralha fernandina).



Fig. 3 – Pátio do palácio Mogo de Melo, ao fundo, troço conservado da muralha fernandina.

# NOVA AUGUSTA

Cláudia Costa e Gonçalo Lopes



Fig. 4 – Porta medieval, parcialmente entaipada, no Largo do Paço.

## BIBLIOGRAFIA

- BATATA, C. (2002) — *Relatório final do acompanhamento arqueológico da rede de distribuição de gás natural de Torres Novas*. [Texto Policopiado]
- BICHO, J. R. (1992) — *Pinceladas Torrejanas, História e etnografia*, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- \_\_\_\_ (1997) — *A Fábrica Grande. Subsídios para a história da Companhia de Torres Novas*, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- \_\_\_\_ (2001) — *Património artístico do concelho de Torres Novas*, 2.ª ed., Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS (1994) — “Castelo de Torres Novas. Sondagem arqueológica. Relatório Preliminar”, *Nova Augusta*, 8, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, pp. 129-140.
- CARREIRA, C. (2005) — *Cerâmicas modernas do Palácio Mogo de Melo de Torres Novas*, Câmara Municipal de Torres Novas.
- \_\_\_\_ (2006) — “Um passado Islâmico em Torres Novas (contributo para o seu estudo)”, *Nova Augusta*, 18, Torres Novas, Município de Torres Novas, pp. 88-137.
- CHOAY, F. (2000) — *A Alegoria do Património. Arte e Comunicação*, Lisboa, edições 70.
- CONDE, M. S. A. (2000) — *Uma paisagem humanizada. O médio Tejo nos finais da Idade Média II*, Cascais, Patrimónia.
- CORREIA, S. (2000) — “Convento de Santo António”, *Nova Augusta*, 12, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, pp. 71-128.
- CORTE-REAL, A. (1994) — “Intervenção arqueológica de emergência na Quinta da Silvã”, *Nova Augusta*, 8, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, pp. 151-192.
- COSTA, C. (2005a) — *Relatório do acompanhamento arqueológico na Rua Alexandre Herculano-Salvador (Torres Novas)*. [Texto policopiado]
- COSTA, C. (2005b) — *Relatório do acompanhamento arqueológico na Rua Entre Muros, 5 (Torres Novas)*. [Texto policopiado]
- COSTA, C. et al (2007) — “Intervenção arqueológica no n.º 121 da Rua Carlos Reis (Torres Novas). Primeiros resultados”, *Nova Augusta*, 19, Torres Novas, Município de Torres Novas, pp. 287-318.
- FARINHA, A. L. G. (1995) — “Acheugas para a história dos Moinhos de Água de Torres Novas”, *Nova Augusta*, 9, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, pp. 11-21.
- GONÇALVES, A. (1935) — *Torres Novas. Subsídios para a sua história*, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- \_\_\_\_ (1936) — *Mosaico Torrejano — miscelânea de retalhos do Passado e do Presente de Torres Novas para memorização no futuro*, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- GREGÓRIO, P. R. (2003a) — “Torres Novas - Sinais urbanos: do medieval ao moderno”, *Nova Augusta*, 15, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, pp. 115-134.
- GREGÓRIO, P. R. (2003b) — *A Igreja da Misericórdia de Torres Novas. Um estudo monográfico (1572-1700)*, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- JORGE, V. O. (2003) — *A irrequietude das pedras. Reflexões e experiências de um arqueólogo*, (s. n), Edições Afrontamento.
- LOPES, G. (2007) — “Um cantil almôada em Torres Novas”, *Nova Augusta*, 29, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, pp. 319-330.
- LOPES, J. C. (1999) — *Torres Novas e o seu termo no meio do século XVIII: as memórias paroquiais*, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- LOURENÇO, S. (2002) — “A ocupação medieval na rua Tenente Valadim, N.ºs 1 e 3 (Torres Novas)”, *Nova Augusta*, 14, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, pp. 109-156.
- LOURENÇO, S. et al (2000) — “Intervenção arqueológica da Igreja da Misericórdia (Torres Novas)”, *Nova Augusta*, 12, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, pp. 173-193.

- \_ MARTINS, A. (2006) – *Relatório do acompanhamento arqueológico à recuperação e alteração de Edifício para habitação na Rua dos Anjos 13-15*, Torres Novas. [Texto policopiado]
- \_ PEREIRA, A. S. e SIMÕES, J. S. (2003) – “Portas abertas para um passado fechado”, *Nova Augusta*, 15, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, pp.157-169.
- \_ RAMALHO, M. (2007) – “Arqueologia da Arquitectura: o desvendar do percurso histórico de um edifício”. *Conferência proferida no Seminário Univer(s)cidade - desafios e propostas de uma candidatura a Património da Humanidade*, 29 e 30 de Novembro de 2007, Coimbra. [disponível online em <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/coimbra2007>]
- \_ ROCHA, F. C. (1991) – “Torres Novas nos primórdios da industrialização. Séculos XVIII-XIX”, *Nova Augusta*, 5, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, pp. 33-43.
- \_ SANTOS, A. M. L. (2006) – “Subsídios para a história da fundação do Convento do Espírito Santo”, *Nova Augusta*, 18, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, pp. 220-237.
- \_ SIMÕES, J. S. (2006) – “Donut urbano ou a dialéctica da cidade com o seu centro histórico”, *Nova Augusta*, 18, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, pp. 139-152.
- \_ SOUSA, J. (2007) – *Relatório do acompanhamento arqueológico da rede de distribuição secundária de gás natural de Torres Novas*. [Texto Policopiado]
- \_ \_\_\_\_ (2008) – *Relatório preliminar do acompanhamento arqueológico da obra “Percurso pedonal de recreio e estadia na área envolvente do Castelo de Torres Novas”*. [Texto Policopiado]

[www.ipa.min-cultura.pt/endovelico](http://www.ipa.min-cultura.pt/endovelico), consultado no Verão de 2006.

## AGRADECIMENTOS

A Andrea Martins que nos facultou o relatório final do acompanhamento arqueológico da Rua dos Anjos, de sua responsabilidade. A Carlos Batata (Ozecarus, Lda) que amavelmente permitiu que consultássemos os relatórios das intervenções arqueológicas efectuadas por aquela empresa em Torres Novas e por ter facultado informações ainda inéditas. A António Carolino, da Câmara Municipal de Torres Novas, pelo amável esclarecimento de dúvidas e por ter facultado informações pessoais.